

Contribuições do Materialismo Histórico e Dialético-MHD para a pesquisa com discente surdo(a): a partir da abordagem qualitativa

Contributions of Historical and Dialectical Materialism- MHD to deaf student research: from the qualitative approach

Luciane Grazielle Bergue Albino¹

Denise Xavier dos Reis²

Meire Borges de Oliveira Silva³

Marlene Barbosa de Freitas Reis⁴

94

Resumo: O presente artigo, com base em procedimentos bibliográficos, discute a educação dos sujeitos surdos sob a perspectiva do Método Materialismo Histórico Dialético (MHD). O MHD tem suas origens nas filosofias de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo enfatizada a relação existente entre educação e sociedade, considerando o contexto histórico social em que ocorre a educação. A abordagem, em princípio, traz um contorno conceitual e histórico do surdo. Enfatiza as diferenças existentes nos termos utilizados para definição desse grupo minoritário, no qual, embora haja avanços e conquistas no âmbito educacional, nota-se profunda desigualdade social. Destaca-se também a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, naturalmente, sua compreensão pelos sistemas educacionais e pela sociedade em geral. Ademais, busca reconhecer a Língua de Sinais como língua legítima, já que está intimamente ligada à identidade cultural desses indivíduos. A base epistemológica, na qual se fundamenta o MHD, ajuda a compreender a evolução temporal dos desafios e as perspectivas do surdo, pois, corroborando com o MHD, a educação é um processo intrinsecamente conectado ao contexto histórico e social.

^{1*} Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia-PPGIELT/UEG. Bolsista Capes-2023. Participa do GEPEDI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq. Espelho do grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/80999521186998771.

^{2*} Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia-PPGIELT/UEG -2023

^{3 *}Discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia-PPGIELT/UEG -2023

^{4*} Pós-doutorado em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto/Portugal (2015). Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ (2013). Mestrado. Atualmente atua como professora titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Líder do GEPEDI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq. Espelho do grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/80999521186998771.

Recebido em 24/02/2024

Aprovado em 14/04/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Palavras-chave: Educação. Surdo. Sociedade.

Abstract: The present article, based on bibliographic research, discusses the education of deaf subjects, from the perspective of the Dialectic-Historical Materialism Method (DHM). The DHM has its origins in the philosophies of Karl Marx and Friedrich Engels, emphasizing the relationship between education and society, considering the social historical context, where education takes place. The approach, originally, brings a conceptual and historical outline of the deaf subject, emphasizing the existing differences in the terms used to define this minority group, in which, although there are advances and achievements in the educational field, profound social inequality is noted. Also noteworthy is the importance of the Brazilian Sign Language (Libras) and naturally its comprehension in the educational systems and by society in general. Recognizing Sign Language as a legitimate language, since it is closely linked to the cultural identity of the deaf subject. The epistemological basis on which the DHM substantiates itself, helps to comprehend the temporal evolution of the challenges and perspectives of the deaf subject, since, according to the DHM education is a process intrinsically connected to the historical and social context.

Keywords: Education. Deaf. Society.

1 Introdução

Faz pouco tempo que pesquisas relacionadas às pessoas com surdez se iniciaram. Tal fato ocorreu porque o Brasil tem a ideologia de ser um país monolíngue desde a colonização. Logo escondendo a realidade dessas pessoas que não utilizam a Língua Portuguesa no seu cotidiano. Tal situação, está passando por transformações devido as mudanças das políticas públicas e, também, pelos movimentos sociais de diversos grupos minorizados, tais como, a Comunidade Surda, que causou perturbação na ideia de padrão ideal de língua e de pessoas. Iniciou-se, timidamente pesquisas relacionadas ao processo de ensino aprendizagem dos surdos, objetivando a criação de um espaço de educação com iguais oportunidades conferidas aos ouvintes. E assim, propiciar uma formação crítica de não anulamento das culturas diversas (Chauí, 2022).

Surge a necessidade de conhecer os repertórios metodológicos utilizados em sala para atender as especificidades linguísticas desses discentes, criando a demanda por um método, com vistas a tentar conhecer e compreender a trajetória educacional desses sujeitos por meio de uma base filosófica e científica. Nesse sentido, o Método Materialismo Histórico e Dialético- MHD corrobora com a análise desse caminho, porque é um método de pesquisa que considera a acepção dialética histórica, sendo a mediadora das transformações ocorridas socialmente para a compreensão das relações sociais. O artigo trata de uma pesquisa com

procedimentos bibliográficos e tem como base autores como: Marx e Engel(1893), Flick (2013), Demo (1955), Quadros(2004), Skiliar (2016), entre outros.

2 O sujeito Surdo: aceção à dialética histórica

Surdez é a privação de audição, podendo ser congênita ou adquirida. Congênita quando ocorre desde o nascimento. Entre as causas, cita-se a ocorrência no período gestacional, de doenças como Rubéola, Sífilis, Toxoplasmose, Citomegalovírus e problemas relativos ao parto, geralmente, com uso de fórceps. A surdez congênita acompanhará a pessoa por toda a vida. A surdez adquirida acontece após o nascimento através de sequelas de doenças como Meningite, Sarampo, Caxumba, Otites mais graves, uso de antibióticos ou outros medicamentos e traumatismos por acidentes e quedas. O grau de surdez pode ser de leve a profundo e medido por decibéis: normal até 25 dB, leve de 26 a 40 dB, moderada de 41 a 55 dB, severa de 56 a 70 dB e profunda quando maior que 91 dB (Gesser, 2009).

Atualmente, ainda é comum os termos surdez e deficiência auditiva serem confundidos, como se tratando da mesma coisa, no entanto, tratam-se de situações distintas. A surdez pode ser percebida patologicamente ou culturalmente. Deficiência auditiva é um termo mais usado por profissionais da saúde, tendo um enfoque numa patologia, um problema que precisa ser resolvido, que busca uma cura com intervenções que o torne “normal”. Quando uma perda de audição é leve ou moderada, há tentativas de correção com uso de aparelhos auditivos, os quais possibilitam à pessoa compreender alguns sons, por exemplo, interagir e conviver com pessoas ouvintes. “No caso de surdos profundos, congênitos, o que se obtém, ao fazer uso de aparelhos auditivos, são apenas ruídos fortes, os quais são muito desagradáveis” (Gesser, 2009, p.74). Já na perspectiva socioantropológica,

[...][os] pesquisadores compreendem a surdez a partir de uma experiência predominantemente visual. A surdez passa a ser pensada como uma maneira específica de se construir a realidade histórica, política, social e cultural das comunidades surdas. Esta perspectiva busca afastar-se de concepções ligadas à patologização do surdo, propondo que a surdez seja vista como uma diferença cultural e linguística, e não como uma deficiência (Rocha, Oliveira, Reis, 2016, p. 31).

Nesse contexto, a surdez não é vista como uma deficiência, mas como uma diferença, sendo um problema para a sociedade ouvinte e não para a pessoa surda. Infelizmente, a maioria das pessoas ainda enxergam os surdos com um olhar de “incapacidade,” de “imperfeição,” de “falha”, dentro de um discurso de normalização, sem perceber suas potencialidades.

Outra questão é o termo “surdo-mudo”, que é usado nos dias atuais pela sociedade em geral, cujas pessoas desconhecem o fato de que surdo não é mudo, pois as pessoas surdas têm o seu aparelho fonador preservado, mas não pronunciam palavras pelo fato de não ter ouvido. Alguns surdos, ao realizar terapias fonoaudiológicas, podem desenvolver a oralidade, porém, isso exige muito esforço, dedicação e paciência. Logo, eles preferem o uso da língua de sinais como meio de comunicação e expressão. Então, referimos-nos a eles como surdos, uma vez que é assim que gostam de ser chamados (Gesser, 2009).

Segundo o Censo do IBGE, no ano de 2010, há uma estimativa de que, no Brasil, existem 10 milhões de pessoas com surdez ou deficiência auditiva. Mesmo inseridos na nossa sociedade, os surdos têm uma cultura e identidade própria, que difere dos ouvintes, principalmente pelo uso da língua (língua essa definida como língua gesto-visual) enquanto nós, ouvintes, usamos uma língua oral. A cultura surda é marcada pelo contato com pares, surdos que aprendem com outros surdos. Eles veem o mundo de forma peculiar e desenvolvem habilidades de se adaptarem ao meio, substituindo a audição pela visão. Como exemplo, as campanhas luminosas, a vibração do despertador, chamadas de vídeo por diversos aplicativos. Logo, ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva, o que faz com que as culturas não se misturem, o surdo se vê diferente, mas não deficiente (Skliar, 2016, p. 56).

Quando se fala do surdo no âmbito cultural da diferença principalmente linguística, o olhar sobre o mesmo é diferenciado, deixando de focar um “problema” ou “defeito”, a falta da audição, para evidenciar suas capacidades. A cultura ouvinte é constituída de signos auditivos, enquanto a cultura surda é visual, sendo os surdos os usuários da língua de sinais (Rocha, Oliveira, Reis, 2016, p. 38). A grande barreira para a acessibilidade e educação dos surdos tem sido a falta do conhecimento da língua de sinais pelas famílias, educadores e sociedade em geral. Diante disso, os surdos lutam para reafirmar sua cultura e identidade, mas, por mais que avancem, a maioria dos surdos, quando consegue trabalho, este são menos remunerados que aos cargos ocupados por ouvintes. É comum, nas associações de surdos, os surdos terem cargos de liderança em que mostram as mesmas capacidades exercidas por ouvintes na administração de empresas e negócios. Um surdo é bem sucedido no “mundo dos Surdos”, sendo presidente de associação, tesoureiro, secretário ou outra função. No entanto, no mundo corriqueiro, pouquíssimos surdos chegam a exercer algum cargo de nível elevado nas demais áreas do mercado de trabalho (Skliar, 2015, p. 118).

Cada comunidade de surdos desenvolveu uma língua de sinais, logo, ela não é universal, e cada país tem sua própria língua de sinais. No Brasil, a língua brasileira de sinais – (LIBRAS) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no dia 24 de abril de 2002, através da Lei 10.436/02, e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005. Ela teve origem em 1857, quando foi fundada a primeira escola de surdos, no Rio de Janeiro, pelo imperador Dom Pedro II. Um surdo francês, Eduard Harnest Huet, foi o primeiro professor. Aos poucos, a língua francesa de sinais foi se modificando e adquirindo as características brasileiras, tornando-se a Libras. Surdos de vários Estados brasileiros eram internos do Instituto do Rio de Janeiro, onde recebiam o ensino literário e profissional.

Em seu primeiro regimento do período republicano, aprovado pelo decreto n. 3.964, de 23 de março de 1901, ficava definido que o ensino literário compreendia língua portuguesa, matemática elementar, história e geografia do Brasil, além das “lições de coisas pelo método intuitivo” (Brasil, 1902, p. 386- 402). No que diz respeito ao ensino profissional, compreendia arte tipográfica, ofício de encadernador, de dourador, de sapateiro, ginástica. Todos os alunos deveriam aprender um ofício, recebendo uma porcentagem sobre o produto das vendas do que fabricavam (Cabral, 2019).

Em 1911, infelizmente, houve uma mudança no regimento do instituto, que foi aprovada pelo decreto n. 9.198, de 12 de dezembro. A mudança proibia o uso da língua de sinais para educação dos surdos e determinava a adoção do método oral puro em todas as disciplinas. Isso ocorreu devido às fortes influências do congresso de Milão, realizado em 1880, tornando-se um marco obscuro para os surdos em todo o mundo (Cabral, 2019). Nesse congresso, havia uma disputa pelo melhor método para educar os surdos: oralismo ou gestualismo. Entre as regras do congresso, estava especificado que somente ouvintes poderiam votar. E assim, depois de alguns dias de debate, ficou estabelecido que o oralismo seria a única forma de educação de surdos aceita mundialmente. O discurso de “deficiente”, que precisa de cura ou ser normalizado, veio à tona junto às práticas clínico-terapêuticas e práticas pedagógicas que desvalorizavam totalmente as línguas de sinais, privilegiando as línguas orais.

Percebe-se, na perspectiva clínico-terapêutica, a abstração social da pessoa surda, pois a cura não pressupõe interação social, mas prevê apenas que o deficiente auditivo ouça e fale. Desta forma, esta perspectiva parte do princípio que é possível disciplinar os surdos para que possam conviver na sociedade o mais próximo dos ouvintes, fazendo referência à normalidade (Rocha, Oliveira, Reis, 2016, p. 30).

Durante grande parte do século XX, o oralismo predominava na maioria das escolas de surdos. Os surdos eram obrigados a fazer leitura labial dos conteúdos ensinados, sendo muitas vezes castigados quando vistos se comunicando com as mãos. Com todo ensino

voltado para língua oral do país, os surdos fracassavam, recebendo a culpa por seu fracasso. Nos anos 80, chegou, ao Brasil, o método da comunicação total, que misturava oralismo e língua de sinais para corresponder a língua oral. Mas, mesmo assim, o entendimento ainda era confuso para os surdos, como retrata esse depoimento de um surdo:

O surdo com oralismo fica muito magoado, fica muito sentido, porque ele é muito autoritário[...] porque o surdo não conseguia desenvolver. Mesmo com a comunicação total o surdo ainda não se soltou, não colocou para fora, não se desenvolveu. Para a família do surdo era bonito comunicação total, mas para o surdo mesmo, o melhor era a língua de sinais (Skliar, 2016, p. 170).

Em 1990, chega ao Brasil o bilinguismo. Nessa modalidade os surdos deveriam receber o ensino na língua de sinais. A língua oral do país era ensinada aos surdos como uma segunda língua na modalidade escrita.

Atualmente, o Brasil adota o modelo de educação inclusiva, em que todos, independentemente de qualquer diferença, devem preencher os espaços das escolas comuns na rede regular de ensino. O documento norteador dessa política educacional é a Declaração de Salamanca ocorrida em 1994. Então, desde o ano 2000, a maioria dos surdos estão inseridos na rede regular de ensino com a mediação do profissional intérprete de Libras. Entretanto, a presença do intérprete de Libras, na sala de aula das escolas regulares, não garante que o surdo seja realmente incluído, e, tampouco, que a escola seja inclusiva. Portanto, a presença do intérprete em sala de aula não é suficiente para se empreender processo pedagógico (Lodi; Melo; Fernandes (2015, p. 353). O surdo não se beneficia por estar inserido numa escola inclusiva, em que ele não adquire, de forma natural, sua língua; não convive com outros surdos; e sua educação não é significativa. “[...]pois a situação mais atual é aquela em que a inclusão do aluno surdo é feita por professores e profissionais que desconhecem o que seja língua de sinais, condição bilíngue ou sujeito surdo, em oposição a ser deficiente auditivo” (Skliar, 2009, p. 173). A história vem se repetindo com o fracasso escolar dos surdos se evidenciando, visto que a escola inclusiva não atende os anseios de um grupo minoritário. Por serem dotado de outra língua, cultura e identidade, os surdos precisam de um espaço que as valorize, e isso só será possível numa escola de surdos. A Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, para dispor sobre a modalidade bilíngue na educação de surdos:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de

surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021. Art. 60-A).

Desde então, a passos lentos, algumas escolas bilíngues têm surgido no Brasil, mas ainda há muito a ser feito para garantir a qualidade da educação à comunidade surda. O bilinguismo precisa se basear na ampla visão socioantropológica de que o surdo é um indivíduo diferente da maioria, com características próprias de cultura, identidade e língua próprias as quais desenvolveram naturalmente (Skliar, 2016, p. 184). Seja em escolas inclusivas, classes especiais ou escolas especiais para surdos, é necessário que haja as devidas adaptações específicas para atender de fato às diferenças culturais dos surdos.

3 Método Materialismo Histórico e Dialético-MHD e a Educação de Surdos

Karl Marx (1818-1883), no decorrer de 1840, disseminou a doutrina marxista que, epistemologicamente, buscava interpretar a realidade histórica e social, não como evolução do espírito humano, mas como necessidade de sobrevivência. E, juntamente, com seu parceiro de pesquisa Friedrich Engels (1820-1895), desenvolveu o Materialismo Histórico Dialético, o qual tem como perspectiva, por meio da história, tentativa de entender a realidade social do pensamento e da natureza, mediante a análise da luta de classes impulsionadas pelo capitalismo. Segundo Chauí (2022), Marx e Engels entenderam o Materialismo Histórico, constituído no desenvolvimento do indivíduo “não como evolução espiritual, mas como prática social que conserva ou transforma a partir das suas necessidades, sendo essas práticas o material real e concreto das relações econômicas”. A mesma autora, entrevistada por Rita Von Hunty no canal do Youtube⁵ “Tempero Drag”, explicou como essas relações de produção interferem na realidade do sujeito.

O Materialismo Histórico é a origem e a forma de uma sociedade se encontrar nas condições materiais de produção econômica, isso é, na maneira como os Homens, os humanos, produzem e reproduzem a sua existência em condições determinadas pela forma da propriedade e pela divisão social do trabalho. Essas condições são econômicas porque são condições materiais e, determinam a consciência a pensar sobre elas e agir, seja para conservá-las ou para transformá-las historicamente, isso é o Materialismo Histórico. É materialismo porque somos o que as condições materiais das relações sociais de produção nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos que nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo, no objeto da história,

⁵ YouTube é uma plataforma de vídeos online. Por meio dela, usuários podem assistir, criar e compartilhar vídeos pela internet. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/youtube.ht>. Acesso em: 24 de jun. 2023

nas práticas humanas, econômicas, sociais e políticas (Chaui, 2022, transcrição nossa).

Vale ressaltar a necessidade de ter o cuidado de não interpretar o Materialismo Histórico apenas como relação econômica, uma vez que, a carta que Engel (1890) enviou para Bloch, ele demonstrou sua indignação pelo fato de as distorções da teoria estarem apenas ligadas à economia.

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são as infraestruturas, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma (Engel, 1890, p.01).

No Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels iniciaram revelando todo o processo histórico da relação de poder de uma minoria sobre a maioria. Naquela época, demonstravam que o fator econômico não era o único responsável pelas transformações sociais, e destacavam que tudo é um processo histórico materializado nas necessidades de criação de ideias, e exemplificaram o surgimento da burguesia como resultado desse percurso social.

[...] Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda a parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, outras gradações particulares. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. [...] a maquinária revolucionaram a produção industrial. [...] a burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento [...] (Marx; Engels, 1848, p.40-41).

Assim, a burguesia, por meio da expansão industrial espalhada mundialmente, conquistou a política interferindo no Estado. Marx e Engels (1848) tentaram nos mostrar além do olhar comercial, e escancaram, em seus textos, os processos de exploração da força humana. Os meios de produção moldam a realidade concreta, realidade material evidenciada nas “*práxis*”. Nesse contexto, Marx cria o conceito de “*mais valia*”, que buscava entender a relação entre o tempo necessário para realizar o seu trabalho e sua remuneração.

Segundo Triviños (1987, p.50), a abordagem filosófica do marxismo está interligada a perspectiva de Hegel (1770-1831), que desenvolveu o idealismo absoluto, em que “*todos os fenômenos natureza e da sociedade tinham uma base na ideia absoluta*”. Marx utilizou esse

conceito para o materialismo, porém não incorporou a “ideia” como natural que constrói o mundo de forma universal e baseadas em ideais. Aliás, ele inverteu essa concepção e mostrou que é a matéria que determina a ideia. Desenvolveu, dentro de sua concepção materialista do mundo, movimentos do pensamento para a compreensão da realidade sócio-histórica.

Nesse contexto, o Materialismo Histórico utiliza o Materialismo Dialético para compreender as contradições sociais, gerando as lutas de classes. As representações da realidade que o Homem formula são estruturadas pelo modo de produção, no qual existem poucos opressores para vários oprimidos, corroborando com a teoria de Paulo Freire (1987), no seu livro “Pedagogia dos Oprimidos”. Ele nos mostrou o medo do entendimento da consciência porque a partir do esclarecimento da consciência, as relações de poder são reveladas, gerando a consciência crítica e as insatisfações sociais.

Certa vez, em um desses cursos, de que fazia parte um homem que fora, durante longo tempo, operário, se estabeleceu uma dessas discussões em que se afirmava a "periculosidade da consciência crítica." No meio da discussão, disse este homem: “Talvez seja eu, entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso, ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico. Esta descoberta, contudo, nem me faz falta e me dá, a sensação de desmoronamento” (Freire, 1987 p. 15).

Silva (2007) traça nos seus estudos um percurso cronológico das obras de Marx e Engel, evidenciando que no marxismo a consciência é um material muito importante para o materialismo histórico e dialético porque ela só surge diante de um contexto social, ou seja, a relação com os outros indivíduos em um determinado tempo e espaço. Isso desenvolve o pensamento consciente, importante para buscar entender a realidade. Assim, a consciência só pode existir no objeto de estudo de Marx e Engel, a sociedade, e, para materializá-la, é preciso entendê-la.

A consciência é, portanto, um estágio superior de desenvolvimento da matéria e só pode existir sob esta base material. Eis um dos motivos pelos quais o materialismo é inconciliável com as diversas concepções idealistas, que se apegam ao princípio da anterioridade das ideias, da consciência, sobre a matéria, posição evidentemente sem qualquer base histórica. As concepções idealistas, desde a platônica até as mais recentes, no fundo se casam com as concepções religiosas, de modo que a ideia primeira se confunde com a própria ideia de um ser sobrenatural, superior e anterior ao mundo, que o teria criado, segundo um plano pré-estabelecido, em que o destino dos homens se encontra previamente traçado e contra o qual é impossível lutar (Silva, 2007, n.p).

O Materialismo Histórico Dialético não combina com as estruturas rígidas da ideia idealista de Hegel, que via a racionalidade como determinante para a transformação social. Marx utilizou a teoria da dialética de Hegel, porém afastado do idealismo, e introduziu o materialismo, pois o mundo não modifica as pessoas, mas as pessoas o modificam através do

trabalho, a mediação entre o Homem e a natureza, visando à criação de materiais, a fim de manter a vida humana ou para facilitar o seu dia a dia (Silva, 2007).

Dessa forma, são nessas relações de trabalho, as *práxis*, que o Homem constrói a consciência social em diversas áreas do conhecimento, entre elas, a arte, sociologia, religião e a consciência das instituições políticas, o Estado.

Nesse contexto, a dialética se revela na construção de conflito e das contradições em que uma minoria tem o poder e a maioria não tem. E, por que essa situação ocorre? A realidade não surge do nada. Ela se inicia através de processos históricos, propiciando a mudança social e, nesse caminho percorrido, ocorre a transformação de realidades e a prenúncia de uma aparência natural.

Dessa forma, o MHD contribui para buscar compreender essas realidades no caminho das práticas educativas dos surdos, inseridos numa sociedade repleta de contradições, em que a minoria, que detém o poder, tenta provocar o apagamento das pessoas que estão às margens da sociedade.

Segundo Butler (2021), os comportamentos são efeitos da construção histórica social, ou seja, há necessidade de desnaturalizar o que foi colocado como verdade, para poder entender o que está influenciando as atitudes das pessoas.

O MHD busca entender essas “verdades”, muitas vezes reveladas a partir da linguagem. Tomaz Silva (2009), nas pesquisas que realizou sobre linguagem, identificou o poder dela, por meio de repetições performativas da fala que no decorrer do tempo moldam o comportamento dos indivíduos.

Diante disso, ao analisar o processo de ensino-aprendizagem dos surdos, podemos observar que o Estado quase sempre negligenciou esses indivíduos, oferecendo baixa qualidade de educação. Tal fato, impeliu a Comunidade Surda a lutar por sua sobrevivência linguística, sua cultura e sua língua, a Libras. Os surdos, através da consciência crítica propuseram um movimento de negação da negação. E, a partir desses movimentos internos, tentam provocar rachaduras na caracterização de deficientes (incapazes). Portanto, reivindicam seus direitos em várias áreas na sociedade, entre elas a educação.

Nesse contexto, o uso do método MHD, é essencial que o pesquisador esteja atento com a dinâmica de poder subjacente, tanto dentro da sala de aula quanto em uma esfera mais abrangente, como as políticas educacionais.

Segundo Demo (1995), nas pesquisas de Ciências Sociais, o contexto histórico não pode ser considerado neutro, pois a realidade social é a matéria construída pelo Homem, um

ser político e ideológico. Cabe ao pesquisador entender que ele faz parte da realidade de seu estudo; buscar ver o que está por trás de certas manifestações; em vários aspectos, entre eles, o histórico, a relação de poder, a luta de classe; e considerar que não existe um resultado absoluto, mas ele pode controlar suas ideologias e propiciar discussões acerca dos seus estudos com relevância social.

4 Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa MHD

Conforme citado anteriormente, o Método Materialismo Histórico Dialético permite compreender criticamente as transformações sociais e educacionais enfrentadas pela comunidade surda. Segundo Frawley (2008), a dialética facilita a análise das relações entre os diferentes modos de produção e como estes modos influenciam a inclusão ou exclusão do sujeito surdo no contexto em que está inserido.

Nesse âmbito, pode-se afirmar que a abordagem qualitativa, realizada nas pesquisas em educação dentro da perspectiva do Método Materialismo Histórico Dialético, auxilia na compreensão dos desafios enfrentados pelas comunidades surdas no que tange a identidade cultural, a valorização da língua de sinais e, sobretudo, a inclusão nos espaços acadêmicos.

A abordagem qualitativa possui enfoque metodológico nos eventos que interferem no âmbito educacional de forma direta e indireta, analisando as opiniões, as experiências, crenças, entre outros aspectos pertinentes a pesquisa a ser realizada. Visa, também, a compreender os diversos significados existentes do problema a ser investigado. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa faz uso de uma visão interpretativa do mundo, com o objetivo de entender os significados atribuídos pelos indivíduos envolvidos no fenômeno ou evento a ser investigado.

Diante do disposto, as pesquisas de abordagem qualitativa buscam explorar as nuances existentes no contexto educacional, de forma a compreender a complexidade dos fenômenos educacionais. Não se baseia em números e estatísticas, embora esses possam aparecer nas pesquisas de abordagem qualitativa, com o intuito de complementar e enriquecer o estudo. Na abordagem qualitativa, é comum ser utilizado as pesquisas de cunho exploratório e as pesquisas descritivas, por apresentarem possibilidades de investigar fenômenos com uma maior complexidade, além de possuírem aspectos subjetivos que devem ser explorados com maior profundidade.

No caso das pesquisas exploratórias, Gil (2002) diz que elas possuem o objetivo de

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. Já as pesquisas descritivas, conforme o autor supracitado, possuem, como objetivo primordial, a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Em ambas, é levado em conta os objetivos que o pesquisador deseja alcançar.

Conforme preconiza o MHD, leva-se em conta o contexto social e histórico em que os eventos ou fenômenos ocorrem. Diante disso, tanto as investigações quanto as observações dos fenômenos que influenciam as estruturas sociais são fundamentais nas abordagens qualitativas.

No cenário educacional, essas nuances do MHD levam o sujeito a questionar a realidade para, posteriormente, transformá-la. Conforme Tozoni-Reis (2020), no MHD, destaca-se o conhecimento da realidade para transformação das condições históricas e sociais, o processo de produção do conhecimento sobre a realidade para transformá-la.

A abordagem qualitativa, no que tange a educação, possui uma extensa variedade de técnicas, o que possibilita ao pesquisador escolher de acordo com seus critérios e objetivos, podendo inclusive entrelaçar algumas dessas técnicas. Entre elas, destacam-se as entrevistas, estudo de caso e questionários. Diante disso, observa-se que a abordagem qualitativa permite um mergulho nas experiências dos participantes, um aprofundamento nas entrelinhas existentes no problema investigado, compreendendo de forma ampliada e abrangente o objeto de estudo.

Os estudos de abordagem qualitativa, no âmbito educacional, evidenciam uma variedade de temas relevantes para compreensão de determinados eventos. Os temas podem incluir abordagens no eixo pedagógico, estrutural, questões de inclusão e equidade, entre outros assuntos. O importante é ser significativo, independente do tema, visando sempre a melhoria da educação, de modo a alcançar a todos e, principalmente, aos grupos minoritários.

No entanto, deve ser destacado que tanto a abordagem qualitativa quanto a abordagem quantitativa também possuem limitações, portanto, fica a critério do pesquisador optar pela abordagem qualitativa, quantitativa, ou a combinação dos dois tipos de abordagem. De acordo com Flick (2013), uma desvantagem das pesquisas qualitativas é que essas análises com frequência requerem muito tempo, e só é possível generalizar os resultados para as massas de uma maneira muito limitada. Já com a pesquisa quantitativa a desvantagem está em não analisar o contexto em que o sujeito está inserido e não considerar suas crenças, emoções, entre outros. A partir das nuances apresentadas nesse tópico, entender a abordagem qualitativa

na educação, na perspectiva do sujeito surdo, é compreender os desafios, experiências e expectativas, nos aspectos inerentes à estrutura, ao pedagógico, ao acolhimento, às formas de ofertas do ensino, e de forma que a qualidade de ensino garanta o pleno desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural desse sujeito surdo, resguardando, dessa forma, o direito de aprendizagem inerentes a pessoa surda. Para isso, se fazem necessárias pesquisas com relevância social, que venham a contribuir para que a negação de direitos a essas pessoas seja extinta com o passar do tempo. Segundo Quadros (2004) surdos são:

As pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual (Quadros, 2004, p 10.).

A abordagem da pesquisa qualitativa permite que ao investigador analisar minuciosamente as experiências pessoais e sociais dos sujeitos surdos. Além disso, facilita analisar os significados associados à educação do sujeito surdo nos aspectos estruturais e pedagógicos.

Nas pesquisas qualitativas que versam sobre o sujeito surdo, diferentes métodos de coleta de dados podem ser utilizados, tais como:

1. Entrevistas: Realizar entrevistas com sujeitos surdos, professores, pais ou outros profissionais, que trabalhem diretamente na educação de pessoas surdas, com o intuito de colher informações sobre suas experiências educacionais e vivências cotidianas que corroboram com a pesquisa.
2. Questionários: Perguntas abertas ou fechadas, estruturadas ou não.
3. Estudo de caso: Investigação empírica de um fenômeno ou evento.

Um dos métodos mais utilizados na abordagem qualitativa é a entrevista. A entrevista possibilita obter informações necessárias e ricas em detalhes, permitindo uma interpretação minuciosa e completa sobre o evento ou fenômeno estudado. As entrevistas podem ser elaboradas de forma estruturada ou não estruturada, dependendo da flexibilidade existente na própria pesquisa, e do controle do pesquisador. Para Fraser e Gondim (1998), a entrevista qualitativa tem a finalidade de atender os objetivos da pesquisa, os quais podem ser diversos, no entanto, bem definidos. Ela pode ser utilizada como a única técnica de pesquisa, como técnica preliminar ou, ainda, associada a outras técnicas.

No caso das entrevistas relacionadas aos sujeitos surdos. Estas podem ser realizadas com o próprio sujeito surdo, enfatizando seus desafios, experiências ou expectativas, deixando que os participantes expressem suas opiniões e experiências de forma detalhada. Ressalta-se que essas entrevistas, devem acontecer no ambiente natural onde o participante esteja inserido por meio da Libras e com a presença de Intérprete.

O estudo de caso também pode ser utilizado em uma abordagem qualitativa, pois se trata de uma investigação empírica de um fenômeno ou evento no contexto da cotidianidade das pessoas. De acordo com Yin (2005, p. 32):

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida “real” adequado quando as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados.

Ainda pode ser utilizado o questionário como método de coleta. O questionário poderá conter questões abertas ou fechadas, ambas com o intuito de explorar e compreender as opiniões, experiências e perspectivas dos participantes. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido:

[...]como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

A escolha e definição das perguntas que irão compor o questionário dependerá dos objetivos definidos pelo pesquisador, enfatizando que o formato poderá ser escolhido pelo pesquisador, já que há a possibilidade de usar a tecnologia como instrumento para aplicação do questionário. Ainda segundo Gil (1999, p. 128/129), o questionário apresenta as seguintes vantagens:

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Em suma, a escolha do tipo de pesquisa, sua abordagem e suas técnicas de coleta e/ou levantamento de dados possuem familiaridade com os objetivos da pesquisa. Ressalta-se que, em todas, devem estar presentes a ética, a confiabilidade, e o compromisso social. De acordo com Paolo Nosella (2008), a pesquisa se assenta inevitavelmente em opções livres, ambíguas. É fundamentalmente humana, política e eticamente comprometida desde a primeira

formulação da hipótese que se pretende verificar.

Nesse sentido, reafirmando conceitos anteriores, é fundamental que pesquisas e também políticas relacionadas a comunidade surda incorporem o Método Materialismo Histórico Dialético para que as questões que envolvam a comunidade surda sejam vistas de forma crítica e ampla, de modo a promoverem uma sociedade mais inclusiva e igualitária, diminuindo o preconceito e a negação dos direitos inerentes a ela.

5 Considerações finais

Apesar de as pesquisas em relação as pessoas com surdez ainda estarem caminhando a passos lentos, pode-se dizer que houve avanços significativos no Brasil, visto que os movimentos sociais e políticos tentaram garantir o acesso e a permanência dessas pessoas nos ambientes educacionais.

Nesse contexto, as investigações, no que tange o processo educacional dos surdos, reforçam a emergência de entender o processo histórico e social dessas pessoas, que por séculos, foram postas às margens da sociedade, impedidas de utilizar sua língua. Em suma, foi negado a essas pessoas o direito de ter acesso, em vários âmbitos sociais, à oportunidade de uma educação de qualidade e inclusiva, distante da exclusão que reforça o preconceito linguístico de que apenas as línguas orais auditivas europeias são importantes.

O contexto histórico do Brasil sempre privilegiou uma língua, a Língua Portuguesa, devido a busca por uma língua unificada com o discurso de ser um país monolíngue. Ocasionalmente prejudicando às pessoas surdas, já que negar a língua de sinais é negar sua cultura e sua condição de sujeito surdo.

A pesquisa com o MHD na perspectiva da abordagem qualitativa, estreita os laços entre a sociedade e a Libras. E, com a intenção de entender o que está imposto como um fator de realidade no percurso histórico, despertam-nos sobre a importância de conhecer a trajetória dos surdos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de Abreu. Pesquisa e análise documental. **Anais eletrônicos do XVI Seminário de Atualização de Práticas Docentes: competências docentes no século XXI e em outros também.** Centro Universitário de Anápolis, UniEVANGÉLICA, 2008.
Disponível em:

<http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>. Acesso em: 23 junho de 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm Acesso em: 23 de junho de 2023.

BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora UNESP, 2021

CABRAL, Dilma. Instituto dos Surdos-Mudos (1889-1930). In: **MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro-RJ, 2019 Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/747- instituto-dos-surdos-mudos> Acesso em: 23 de junho de 2023.

CHAUI, Marilena. Entrevista concedida ao canal “Tempero Drag”. **DIA M 2022 - A ideia de história em Marx**. Mediação de Rita von Hunty. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aXqLzZjXh5c>. Acesso: 11 de julho de 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-4.

DEMO, Pedro. Demarcação científica. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995. p. 16-40.

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. In TUCKER, Robert C. (org.) **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

FERNANDES, Eulália. (Org.) **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: **um guia para iniciantes**. Tradução de Magda Lopes. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: **Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Universidade Federal da Bahia. Paideia: Cadernos de Psicologia e Educação, v.8, n.15, pág. 19 -30, 1998.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt>. Acesso em: 5 de julho de 2023.

FRAWLEY, William. Vygotsky e a ciência cognitiva: **a linguagem e a unificação da mente social e computacional**. Harvard University Press, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Oprimidos**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GESSER, Audrei. **Libra? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. -ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunistaEmGalego/cap01.htm> Acesso em: 08 de julho de 2023

NOSELLA, Paolo. Ética e Pesquisa. Revista: **Educação e Sociedade**. Local: Campinas, Volume: 29, Número: 102, Páginas: 255 – 273. Data: jan./abril. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

QUADROS, Ronice Muller (org). **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROCHA, R. M da; OLIVEIRA J. P. de; REIS, M. R. dos. (org.) **Surdez, Educação Bilíngue e Libras: perspectivas atuais**. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Francico P. **Marx e Engels**: aspectos da vida e da obra dos fundadores do marxismo. Disponível em : <http://lemarx.faced.ufba.br/marxeengels.html> Acesso em : 06 de julho de 2023.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Processos e Projetos Pedagógicos. Vol. 1. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em Ciências Sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 30-74

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação**. Rev. Simbio-Logias, V. 12, Nr. 17 – 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf

YIN. R. K. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.